Nº 70 SETEMBRO/08

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

Crimes contra a humanidade não prescrevem

Quem não aceita tortura hoje, nem amanhã, não pode calar sobre os crimes cometidos pela ditadura militar.

Páginas 6, 7 e 8

Editorial

A matéria de capa desta edição de *Página 13* é assinada por Alípio Freire e trata do momentoso tema da Anistia. Como o autor (pp 6,7 e 8), entendemos que os agentes da ditadura que praticaram crimes de tortura, assassinato, desaparecimento de corpos e quetais não foram anistiados e devem ser punidos. Vale dizer que a impunidade estimula a continuidade da tortura, hoje, nas cadeias brasileiras.

Ainda nesta edição, Paulo Maldos fala de Raposa Serra do Sol e Pedro Kemp fala dos Guaranis; Angélica Fernandes fala das eleições em São Paulo; Emílio Font e Daniela Matos tratam da situação eleitoral na Grande Vitória; Mouzar Benedito analisa aspectos da gestão de Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura; Lício Lobo fala dos desafios da nossa formação política. Uma novidade é a coluna "To vendo uma esperança", na qual publicamos notas curtas sobre temas políticos e sociais.

Vários colaboradores escreveram artigos que, por absoluta falta de espaço, serão publicados na edição de outubro. Agradecemos e pedimos desculpas.

Dedicamos a edição a Salvador Allende, vítima do golpe realizado no dia 11 de setembro de 1973. Os dilemas do governo da Unidade Popular chilena são enfrentados, sob novas condições históricas, por vários dos governos de esquerda e progressistas da América Latina. Por isto, recordar é viver.

Um bom começo

*Lício Lobo**

Turma do I Curso de Formação de Formadores da AE

O I Curso de Formação de Formadores da AE foi realizado em São Paulo no final do mês de julho. Foram sete dias de trabalho intenso e discussões de fundo guiadas pelo fio condutor da necessidade de **estabelecer os marcos de um processo avançado de elaboração política** que permita à Articulação de Esquerda dar conta da magnitude da tarefa que está colocada diante de nós, qual seja: enquanto corrente petista que se reivindica das tradições e das perspectivas do socialismo revolucionário, contribuir para que nosso Partido retome a construção de uma nova estratégia capaz de conduzir a luta pelo socialismo no Brasil.

Trata-se de superar, teórica e praticamente, as limitações, insuficiências e equívocos da "estratégia de centro-esquerda" que se tornou dominante no PT em 1995.

É evidente que esta "estratégia de centro-esquerda" está em crise e esgotada do ponto de vista daqueles que perseguem o objetivo da transformação profunda do Brasil no sentido da construção de uma sociedade socialista. Porém, ela ainda possui sólidas trincheiras dentro do PT.

Nos próximos anos, o Partido vai se enfrentar com este contencioso. O balanço dos dois mandatos de Lula e a construção do programa e dos movimentos táticos com que enfrentaremos a eleição de 2010 serão parte desta disputa.

Desta maneira, a realização do I Congresso da Articulação de Esquerda em maio do ano que vem ganha uma perspectiva singular e é neste contexto que ganha todo o sentido o processo inicial de construção da Escola de Quadros da AE e o conteúdo debatido no curso recém concluído.

A percepção geral na avaliação realizada ao final do curso foi de acerto na organização da grade e da dinâmica do curso.

Um acento especial deve ser dado à importância do **estudo das Resoluções da X Conferência Nacional da AE**, ponto de partida do curso em três aulas que abordaram os temas "Socialismo, Estratégia e Bloco Histórico", "A Questão do Programa" e "A Questão do Partido".

A partir das exposições orais dos professores e dos subseqüentes trabalho em grupo, exposição e debate em plenário, ficaram ressaltados vários aspectos que merecem um aprofundamento teórico.

Com o risco de secundarizar pontos importantes, cito algumas questões relevantes que geraram debates animados nos grupos e nas plenárias desta primeira fase do curso: a relação entre a democracia e o socialismo, o conceito de "desenvolvimentismo democrático e popular", o conceito de "partido de vanguarda", a questão da composição de classes da sociedade brasileira.

De várias maneiras, em níveis e com ênfases distintas estas questões foram retomadas pelas aulas que se seguiram, referentes a "História da Luta pelo Socialismo" ("O Lugar do Marxismo na História", "O período 1848-1917", "A Revolução Russa", "A Revolução Chinesa", "A Revolução Cubana e as Guerrilhas na América Latina", "A Unidade Popular no Chile", "O período 1980-2008"), que em conjunto ofereceram um painel rico e multifacetado dos avanços, dilemas e problemas táticos e estratégicos com que se defrontaram e ainda se defrontam as experiências concretas de construção de sociedades socialistas.

A fase seguinte do curso foi aberta com as aulas sobre "História do Brasil", "História do PT" e "História da AE", que sob enfoques distintos abordaram os processos mais estruturantes de formação da sociedade brasileira, o papel da classe trabalhadora e do PT na derrota da ditadura militar até a conquista do governo federal e o processo de surgimento e inserção da AE na dinâmica interna do PT.

A síntese final foi dada pela aula sobre balanço e caracterização do governo Lula, em que foram abordadas algumas dinâmicas importantes para nos auxiliar na compreensão do processo em curso no Brasil e no PT com destaque para a relação entre mobilização social e perspectiva eleitoral, a relação entre democracia formal e revolução, a relação entre estratégia e tática.

Sem sombra de dúvida podemos afirmar que o panorama das questões abordadas, o conteúdo das aulas e o debate travado em vários momentos, criaram um ambiente de interação e estímulo ao estudo através do esforço pessoal e coletivo, o que motivou o desdobramento do próximo curso, que será realizado em novembro, em duas etapas:

a) de 3 a 9 de novembro de 2008, com o mesmo conteúdo do primeiro curso, para uma nova turma a ser indicada pelas direções estaduais da corrente;

b) de 10 a 16 de novembro de 2008, destinado aos participantes deste primeiro curso que se encerrou e optativamente aos que cursarem o período 3 a 9/11, com um temário que deve abarcar "capitalismo" (categorias e situação atual), "América Latina", "Chile", "Brasil" e "governo Lula".

Finalmente, este movimento inicial da constituição da Escola de Quadros da AE deverá confluir para a realização da I Jornada de Formação com cursos em todos os estados do pais no período de novembro de 2008 a abril de 2009, de forma integrada com o processo de debate e preparação do I Congresso da AE. Um bom começo para um debate fundamental. ★

***Lício Lobo** é dirigente petista e membro da direção nacional da AE

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores.

Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguiar (RS),José Correia Neto(SE),Célio Antonio (SC),Expedito Solaney (PE), Fernando Nascimento (PE),Geraldo Cândido (RJ),Iole Iliada (SP),Ivan Alex (BA),Iriny Lopes (ES),Isaias Dias (SP),Jairo Rocha (MT),Janete da Costa Godinho (SC),Jonas Valente (DF),Larissa Sousa Campos (MG),Laudicéia Schuaba Andrade (ES),Lício Lobo(SP),Mário Cândido de Oliveira (PR),Marcel Frison (RS),Marcelino Gallo (BA),Marcelo Mascarenha (PI),Múcio Magalhães (PE),Pere Petit (PA),Rafael Pops (GO),Rafael Pinto (SP),Rosana Ramos (DF),Rosana Tenroller (RS),Rodrigo César (RJ),Rubens Alves (MS),Saulo Campos (MG),Talita Cardoso (PA),Valter Pomar (SP). Edição: Valter Pomar.

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secret. Gráfica:** Edma Valquer

Endereço para correspondência: R. Silveira Martins,160 conj. 11- São Paulo/SP - CEP 01019-000
E-mail: vpomar@hotmail.com

Matérias assinadas não expressam, necessariamente, a posição da Articulação de Esquerda.

A dignidade de Allende

Emir Sader*

Mais de uma vez eu ouvi Salvador Allende utilizar duas citações de sua preferência. Uma de um poema de Antonio Machado: "Caminante, no hay camino, se hace camino al andar". A outra, a dedicatória do Che em um livro que este lhe deu de presente: "Para Salvador, que luta por outros meios pelos mesmos objetivos". A combinação de ambos permite perceber como Allende dedicou sua vida política à busca de um novo caminho estratégico para a esquerda.

Um caminho que ele mesmo tinha ajudado a construir quando, como jovem médico, foi ministro da Saúde do governo da Frente Popular, no final dos anos 30 do século passado. Um caminho que tinha se iniciado muito antes, em 1830, com uma continuidade institucional inédita não apenas no nosso continente, que só foi interrompida em 1891 e entre 1927 e 1931, antes do golpe de 1973, em processos de alternância, que fazia crer que o vencedor nas eleições poderia cumprir seu mandato. Foi acreditando nessa legitimidade institucional que Allende se propôs liderar um processo de transição institucional ao socialismo.

Ele não poderia imaginar a cena final do golpe militar, com Allende cercado no Palácio de La Moneda, bombardeado por aviões, empunhando um fuzil soviético que lhe havia presenteado Fidel e capacete recebido de trabalhadores mineiros chilenos. Era o último homem a defender a democracia, entregando a vida pelo mandato que havia jurado cumprir até o final ou morrer na sua defesa.

Allende pretendia que o executivo conquistado na eleição, introduzisse uma cunha no aparato de Estado, que permitisse ir ampliando-se, gerando um instrumento de poder de transformação anticapitalista. O que aconteceu foi o contrário.

Sua tentativa era difícil, porque foi eleito com um programa anticapitalista, que se centrava na nacionalização dos 150 maiores conglomerados econômicos, recebendo porém apenas 34% dos votos. Ao não conseguir incorporar um setor significativo da esquerda da Democracia Cristã, o bloco socialista-comunista ficou isolado, conseguiu, pouco meses antes do golpe, depois de um brutal campanha interna e externa contra, 44% dos votos. A alternativa que tinha Allende era a de tentar avançar o programa socialista com o qual tinha sido eleito ou abandoná-lo, por não dispor de maioria, porém traindo os votos que o tinham eleito.

Allende pretendia que o executivo conquistado na eleição, introduzisse uma cunha no aparato de Estado, que permitisse ir ampliando-se, gerando um instrumento de poder de transformação anticapitalista. O que aconteceu foi o contrário: Allende foi cercado e afogado dentro do aparato estatal, pelas outras instâncias – o Parlamento, o Judiciário, a burocracia e as Forças Armadas.

Estátua de Allende em Santiago

O golpe militar de Pinochet encerrou a longa tradição democrática chilena, com a ditadura militar destruindo o movimento popular e a institucionalidade do país, em todas as suas dimensões. De símbolo de um projeto de transição democrática ao socialismo, o Chile passou a ser exemplo mundial de regime de terror. E o país, que era um dos menos desiguais no continente, passou a ser aproximar do pólo oposto, tornando-se um dos mais injustos.

Os 100 anos do nascimento de Allende merecem ser comemorados pela dignidade da sua vida e da sua luta.★

*Este artigo de Emir Sader foi publicado originalmente no Blog do Emir/Carta Maior

São Paulo: cenário positivo para Marta

*Angélica Fernandes**

A campanha de Marta Suplicy à prefeitura de São Paulo é a demonstração que é possível disputar uma eleição com chances reais de vitória, com nitidez política e programática, num contraponto claro com o PSDB e DEM acumulando para disputa estadual e nacional de 2010.

Com 41% das intenções de votos (segundo pesquisa Ibope do último dia 15/08), Marta aparece a como favorita numa eleição municipal tradicionalmente difícil, na qual tem como concorrentes um ex-candidato à Presidência da República (Alckmin), o atual prefeito - preferido do governador Serra (Kassab), e mais 9 candidatos que na maioria não têm poupado críticas ao PT e ao Governo Lula.

A estratégia da campanha se sustenta em três pilares - o resgate das ações do governo passado, principalmente dos investimentos sociais, combinando uma ação direta (e novas propostas concretas) para setores e regiões na disputa de votos; na interlocução privilegiada com o governo federal tendo como Lula como seu principal aliado; e na reconciliação com os setores médios, apresentando-se como a portadora de uma nova atitude (mote da campanha) para São Paulo.

A grande verdade é que cidade vive graves problemas: sucateamento das políticas sociais, caos no trânsito, falência do transporte público, desvalorização dos servidores, problema persistente na área da saúde. O atual governo tem se mostrado totalmente incapaz de apresentar soluções – e isso começa a aparecer - apesar de grande maioria da imprensa poupar a atual administração (ato desesperado para preservar Serra/Kassab).

Marta com trabalhadores no Primeiro de Maio da CUT

União aqui, divisão do lado de lá

A aliança eleitoral que sustenta a candidatura Marta também é outro elemento que incide positivamente na disputa, Depois de muita indefinição e uma fracassada tentativa de aliança com o PMDB, uma operação “de Estado maior”, que envolveu diversos dirigentes políticos de diferentes partidos, conseguiu fazer com que o “bloquinho” (PSB, PDT e PCdoB) participasse da coligação, inclusive com a indicação de Aldo Rebelo (PCdoB) para compor a chapa majoritária como vice-prefeito.

No campo adversário, a história é bem outra. A campanha municipal na capital desorganizou parte da política do governador Serra em duas frentes. A primeira delas foi ter de conviver com duas candidaturas – Alckmin (PSDB) e Kassab (DEM) – , processo que rachou o PSDB na cidade e também dividiu as principais lideranças do partido no Estado. A outra foi a decisão do PSB e do PDT de apoiar Marta Suplicy, colocando uma cunha na base de sustentação serrista na Assembléia Legislativa.

Esta situação tem feito com que parte do PSDB, que continua no governo de Kassab, descumpra a decisão de apoiar a candidatura Alckmin. Este problema também se estende aos atuais vereadores tucanos que têm (pelo menos até o momento), feito campanha para o candidato do DEM.

O resultado prático é que Alckmin - se sentindo abandonado, não tem poupado críticas ao governo Kassab. Quando perguntado sobre o apoio do governador Serra, de Fernando Henrique a sua candidatura, ele tem sido bastante econômico, tentando minimizar os estragos. Na última semana, o vice-governador tucano, um dos principais articuladores da aliança ao redor Kassab, Alberto Goldman, também declarou apoio a Alckmin. A grande verdade é que restou a Alckmin grudar na imagem de Covas, que, por sua condição, não pode tomar parte nesta dura disputa no ninho.

Desafios da campanha Marta

Este cenário de disputa duríssima exigirá da campanha uma grande unidade política e de ação, que articule a militância política e social que está no apoio à Marta. Isto deve ser parte de uma estratégia de elevar o debate político, de construir canais de interlocução com movimentos sociais, introduzindo na disputa elementos concretos de contraposição de projetos, inclusive trazendo de volta o debate da última eleição, na qual Serra, prefeito eleito, se comprometeu a dar continuidade aos projetos do governo do PT, e na verdade, os desmontou.

Neste sentido a organização da campanha tem buscado resgatar o papel dos diretórios zonais e da mobilização militante, em uma clara diferença com a campanha passada. As candidaturas proporcionais também têm sido parte dessa estratégia para enraizamento político da campanha nas 31 regiões da cidade. Isto é muito importante porque esta articulação da campanha - prefeita e vereadore/as - pode significar um aumento na bancada municipal do PT e da coligação.

A grande realidade é que a disputa na capital paulista influência todo o processo na região metropolitana e no Estado. Um bom desempenho de Marta incide positivamente em diversas cidades. Se esse cenário se mantiver, o PT pode reconduzir boa parte dos atuais prefeitos que disputam a reeleição e eleger novos prefeitos, mudando qualitativamente o patamar de disputa política e social no Estado de São Paulo. ★

*__Angélica Fernandes__ é secretária de formação do PT- SP e membro do Diretório Nacional

Grande Vitória: situação confortável

Daniela Matos e Emílio Font***

Em três das quatro principais cidades da Grande Vitória, a situação é confortável para o PT e aliados históricos.

Na capital, Vitória, as pesquisas indicam a reeleição do prefeito do PT, João Coser, ainda no 1º turno com 64,4% dos votos, seguido pelo vereador do PPS Luciano Resende apoiado pelo DEM e PSDB, com apenas 16%. As outras três candidaturas, do PCO, PRTB e PSOL não superam, somados, 5 % das intenções.

Agravando ainda mais a já crítica situação do principal candidato de oposição, o vice-governador tucano, Ricardo Ferraço, tem comparecido nos eventos de campanha de João Coser com o objetivo de conquistar o apoio do PT a sua eventual candidatura para governador em 2010.

Em Cariacica, o prefeito do PT, Helder Salomão, também aparece com boas chances de reeleição. Após um início de campanha com índices em torno de 30%, sua candidatura atinge hoje 43,4% das intenções de voto. Na oposição, as candidaturas do PTB, com 22,4%; do PDT com 16,7% e em quarto, um ex vereador eleito pelo PT, atual PRTB, com 2,1% das intenções de voto.

No município da Serra, Sergio Vidigal do PDT tem 85,7% dos votos, contra apenas 4% do adversário, um vereador do PRTB que decidiu lançar candidatura no último dia para registro. Vidigal conta inclusive com o apoio do PT, que chegou a aprovar o lançamento de candidatura própria.

O traço em comum nestas três cidades é o apoio do governador Paulo Hartung aos candidatos líderes nas pesquisas. Praticamente sem oposição no estado, inclusive com o apoio do PT, Hartung, PMDB é o grande tutor destas 3 chapas majoritárias. Articulou, com a concordância de João Coser, um vice do PMDB, deslocando o atual do PSB; impediu que o PT indicasse o vice em Serra e por pouco não complica a situação de Helder em Cariacica.

Situação mais complexa

Já em Vila Velha, onde as candidaturas e as alianças (PMDB/PR/PSB) passaram, também, pelos acordos capitaneados pelo governador, o quadro eleitoral é bem mais complexo. Maior cidade do estado, com mais de 400mil habitantes, foi um dos primeiros municípios brasileiro a eleger um prefeito do PT ainda em 87, o companheiro Magno Pires, para um mandato tampão de um ano.

Cláudio Vereza, candidato do PT à Prefeitura de Vila Velha (ES)

Disputam as eleições 6 candidatos. Embolados na primeira posição, com 21,1% e 20,5% estão o deputado federal Neucimar Fraga do PR, em coligação com PCdoB, PMN, PTB, PRP, PV, PSC, PSDB, PP, PTN ,PPS e PRB e o deputado estadual do PMDB Dr. Hércules, com apoio do PTC, PSDC, DEM e PSB, que faz campanha vinculando sua imagem à do Governador. Em terceiro aparece Cláudio Vereza, em chapa pura do PT, com Pastor Alcemir na vice com 16,8% dos votos, registrando o maior crescimento entre todos os candidatos após o início da campanha eleitoral. Em quarto lugar, o ex-prefeito Vasco Alves do PRTB com 15,5%, Dyonizio Ruy, do PDT, candidato do prefeito Max Filho, com 8,4% e em último com 0,6%, a candidata do PSOL, Luceni Novaes.

Para viabilizar a candidatura própria o PT de Vila Velha teve que lutar contra diversos inimigos externos e concepções internas equivocadas. Construiu-se uma lógica perversa de criar um "equilíbrio" de poder entre os diversos atores envolvidos, "distribuindo" as Prefeituras entre os Partidos aliados do governador. E assim, com uma análise (compartilhada por importantes setores do PT) de que se o PT governasse 3 cidades da grande Vitória tornaria-se por demais poderoso, tudo foi feito para que não tivéssemos candidatura própria.

Mas, o PT local foi à luta e conquistou a candidatura em um município que possui um dos menores orçamentos per capita da Grande Vitória e enormes demandas e carências sociais.

Escolhido nas prévias partidárias, nosso candidato é o companheiro Cláudio Vereza. Fundador do PT, elegeu-se deputado estadual pela primeira vez em 86, foi candidato a prefeito de Vila Velha (88) e a deputado federal (90), quando, mesmo sendo o quarto mais votado do Estado, com 27 mil votos, não foi eleito por falta de legenda, episódio que a imprensa capixaba batizou de "Ganhou mas não levou". Eleito novamente deputado estadual em 94, 98 e 2004, foi presidente da Assembléia em 99/00, com o respaldo das urnas, por ter sido o deputado mais votado no estado.

Este quadro não tem desanimado a militância, pelo contrário, fez com que os lutadores aguerridos da cidade fossem pra rua desde o dia da inscrição de candidaturas. São dezenas de panfletagens e bandeiraços todos os dias e, aos domingos, as regiões da cidade têm sido atingidas por grandes carreatas. Falamos, aqui, da cidade com maior volume de campanha militante.

Essa força e vitalidade da militância local tem tido uma força capaz de atrair militantes das outras cidades que não possuem candidatura própria – caso de Serra – ou que possuem candidatos em situação confortável no 1º turno – caso de Vitória e Cariacica.

Para muitos, a vitória de Vereza representa não só uma importante conquista para a cidade de Vila Velha, mas também uma vitória fundamental para os setores do PT que defendem um projeto próprio para o estado. ★

***Daniela Matos,** da executiva estadual do PT/ES ****Emílio Font,** da executiva Municipal do PT/Vitória

Que mal pode afligir as nossas Forças Armadas?

*Alipio Freire**

Uma tarde qualquer da primeira metade dos anos 1970, o cabo José Mariane Alves Ferreira, foi retirado do Presídio Tiradentes, e foi levado para a 2ª Auditoria da Segunda Circunscrição Militar de São Paulo, na avenida Brigadeiro Luís Antônio, para depoimento em juízo. O cabo Mariane havia deixado o quartel de Quitaúna, em Osasco, onde servia, em companhia do capitão Carlos Lamarca (janeiro de 1969), e respondia processo por deserção do Exército, militância em organização clandestina que visava a tomada do poder, e por participar em diversas ações armadas contra o regime.

Naquele dia, teoricamente já havia passado o período de torturas, e ele se encontrava no Recolhimento de Presos Tiradentes, com fraturas (já consolidadas) de diversos ossos – mãos, pés, pernas, braços, costelas, claudicando e aguardando andamento do seu processo e julgamento.

Acontece que na Auditoria, o juiz auditor, doutor Nelson Machado Guimarães, não gostou nada que o cabo Mariane negasse em juízo, declarações que fizera sob torturas. Daí, o doutor Nelson chamou a escolta que transportara o cabo do presídio até a Auditoria, ordenou que o levasse até uma sala no porão da casa onde funcionava (e continua funcionando) a Justiça Militar, e que extraíssem do cabo Mariane, sob torturas a incriminante declaração que ele se negava fazer. Naquele fim de tarde, na pequena sessão improvisada no sub-solo da 2ª Auditoria, quebraram-lhe o dedo médio da mão direita.

O cabo José Mariane já está morto. Faleceu no final dos anos 1980 (ou início dos 1990), num acidente de automóvel, em Goiás, depois de ter se exilado e voltado ao Brasil depois da Anistia de 1979. Mas a história que contamos acima pode ser encontrada no livro “Tortura nunca mais”, além de povoar o repertório de casos semelhantes que constituem a memória de vários que estiveram presos e conviveram com Mariane.

Uma história exemplar, como tantas outras

A história de Mariane é exemplar para o que pretendemos discutir. Tão exemplar quanto as histórias dos membros da nossa Marinha, Avelino Capitani, Cláudio Sousa Ribeiro, Otacílio Pereira da Silva, ou Pedro Viegas; dos sargentos Pedro Lobo e Onofre Pinto; dos soldados Diógenes Sobrosa ou Júlio de Grammont – para não falarmos dos próprio capitães Lamarca, e Luiz Carlos Prestes, ou do coronel Apolônio de Carvalho.

Ustra: a voz da catacumba

Paulo Vannuchi: Direitos humanos

Jobim: Defesa do quê?

Tarso: Justiça

Igualmente exemplares, são as histórias do coronel da Aeronáutica, Alfeu Alcântara Monteiro, piloto do presidente João Goulart, assassinado no dia 2 de abril de 1964, logo após o golpe, fuzilado por seus companheiros de armas, na Base Aérea de Canoas (RS); e a do sargento Manuel Raimundo Soares, cujo corpo apareceu boiando no Guaíba, pulsos e tornozelos amarrados às costas, além de marcas de tortura e todo tipo de violência espalhadas pelo corpo, em agosto de 1966. Não podemos deixar de registrar a resistência do Chefe do Estado Maior para o Interior da Polícia Militar de São Paulo, Vicente Silvestre, preso e torturado durante um mês (1975) sem que nada lhe fosse perguntado, A lista seria imensa e teríamos mais de uma dezena de milhar, de militares processados e/ou submetidos a punições por diversos tipos de acusação, pelo regime implantado com o golpe de 31 de março.

Para que servem essas histórias exemplares?

No contexto da disputa política e ideológica da memória e da História recente do nosso país, o conhecimento dessas informações é de grande utilidade e importância.

Primeiro, por que joga de vez por terra certa versão oficial que tenta se estabelecer a respeito do golpe de 1964, estabelecendo enquanto linha divisória (contradição principal) da sociedade brasileira, um corte que coloca de um lado os civis, e de outros os militares. Para além de qualquer teoria abstrata, a simples constatação do que apontamos acima deixa cristalino e transparente o óbvio: tínhamos militares dos dois lados daquela trincheira e também civis.

É cansativo, mas convém repetir: 1964 foi um golpe desfechado pela grande burguesia financeira, industrial e comercial; o latifún-

dio; os maiores monopólios de comunicação de então; o grande capital internacional (em especial dos EUA) e suas bases sociais em nosso país; a maioria da mais alta cúpula da Igreja Católica; inúmeros políticos (parlamentares das três esferas, governadores, prefeitos e juízes); o Governo e o Estado dos EUA; a chamada "direita ideológica", e setores majoritários da mais alta cúpula das nossas Forças Armadas.

São todas essas classes, setores de classe, corporações e estamentos sociais que, organizados, desfecham a imensa onda de violência que se transformará imediatamente em terror institucionalizado (terror de Estado). O objetivo: a destruição de um projeto de interesse dos trabalhadores e do povo (classes exploradas) cuja implantação estava em curso, e que propugnava um desenvolvimento nacional (ainda que nos limites do capitalismo) autônomo e baseado na distribuição de renda. Em resumo, tratou-se de um momento agudo da luta de classes em nosso país, onde o grande capital, a Pax Estadunidense, e todos os seus representantes e acólitos romperam com a legalidade constitucional e se impuseram pela força das armas (aliás, se as armas nacionais não fossem suficientes, as forças armadas de Washington estariam à disposição – de imediato, com submarino carregado de armas em nosso litoral, à altura de Cananéia-SP).

Um segundo aspecto importante é a conclusão (implícita no que já dissemos) de que as Forças Armadas não agiram em bloco contra os interesses populares em jogo naquele momento, e personagens da maior decência e que só honram a nossa História (como os que citamos acima), souberam dizer NÃO, e se insubordinar contra os que golpearam a nossa Constituição então em vigor (cuja defesa tinham obrigação de garantir), e se aliaram a potência estrangeira (os EUA) – do que juraram, perante nossa bandeira e ao som do nosso Hino, nos defender.

Um ministro (ou um despachante?) na contramão do governo

Obviamente os fundadores e quadros do nosso partido (um partido de trabalhadores) não necessitam desse tipo de informação, pois as conhecem muito bem.

Mas elas são de grande serventia para serem divulgadas (e disputadas) junto ao nosso povo, uma vez que vêm sendo informados de forma bizarra pela grande mídia comercial e pelas versões oficialescas dos nostálgicos dos anos de chumbo.

Memória e verdade: antídotos contra a repetição destes fatos

Deverão ser também de fundamental serventia, pelo menos, para o ministro da Defesa – doutor Nelson Jobim, e para o presidente do Supremo Tribunal Federal, o meritíssimo juiz doutor Gilmar Mendes.

No caso do ministro Jobim (que ganhou expressão nacional por haver fraudado o texto da nossa Constituição), é fundamental que ele entenda algumas coisas: primeiro e antes de tudo, que um ministro é um agente do Governo a que serve para levar a política desse Governo ao setor/área/etc. sob sua atribuição e competência.

Isto é preciso ficar claro para o ministro Jobim, para que não continue a agir como despachante de meia dúzia de militares da reserva e outros tanto da ativa, saudosos da ditadura. Infelizmente é isto que tem feito o senhor Jobim, em todos os episódios em que tem se envolvido, sem qualquer pejo de (com o histórico que carrega e ao qual já aludimos) de tentar puxar as orelhas, em público, de seus pares de Ministério, e até mesmo do presidente da República. Sim, por que quando ele tentou admoestar publicamente o ministro da Justiça, Tarso Genro, pelo fato deste haver declarado (de acordo com o senhor Jobim, "sem comunicar a ninguém"), no contexto da Audiência Pública que discutiu o alcance da Lei de Anistia de 1979, que os torturadores poderiam ser punidos, na verdade, por tabela, atingiu também o presidente da República, colocando publicamente em questão a capacidade desse último de articular e coordenar sua equipe.

Ao mesmo tempo, acomodado em sua condição de office-boy dos dissidentes das Forças Armadas, permitiu e foi conivente com o "ato de desagravo" organizado pelos nostálgicos golpistas de 64, no Clube Militar.

E aqui, além da gravidade óbvia da questão, há um detalhe para o qual, nem o PT, nem o Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, deu suficiente atenção: O ato dos que comandam o ministro da Defesa, não se manifestou apenas contra a declaração supostamente intempestiva do ministro Genro. O desagravo é muito mais grave: ele foi realizado contra a Audiência Pública organizada pelo ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), sobre a qual todo o Governo estava informado a respeito.

O mesmo já havia feito antes o doutor Jobim, de apunhalar o ministro Vannuchi pelas costas. Ninguém pode acusar que o lançamento do livro "Direito à Memória e à Verdade", em 2007, pela SEDH, tenha sido algo desarticulado do conjunto do Governo.

Tanto não o foi, que esteve nas agendas de todos os ministros e do próprio presidente da República. Era claramente uma ação de Governo, e tão publicamente de Governo que o ministro Jobim pavoneou-se, estufou o peito e declarou que ninguém (leia-se um recado para alguns militares) ousaria levantar a voz contra a publicação. O doutor Nelson Jobim na ocasião estava recém empossado, e já posara fantasiado de bombeiro nos escombros do acidente do aeroporto de Congonhas, que o levou ao posto que ocupa – do mesmo modo que os atrasos dos trens italianos um dia levaram Benito Mussolini ao poder. Pois bem, dois dias depois de sua declaração, o ministro Jobim, rapidamente mudou seu discurso... o resto, todos lembram. ⇨

Do que pode aproveitar um meritíssimo juiz

O doutor Gilmar Mendes, presidente do STF – uma daquelas cortes onde o senhor Daniel Dantas não vê – de acordo com o senhor Hugo Chicaroni – qualquer problema para subornar, tem se esmerado em suas declarações a respeito da Lei de Anistia.

Para ele, este "é um tema que realmente talvez precise ser encerrado". Disse ainda que "É muito difícil fazer uma revisão unilateral da Lei de Anistia", e culminou suas declarações ao jornal O Estado de S. Paulo, taxativo: "Acho muito difícil que qualquer tribunal entenda que as práticas, que são lamentáveis, tanto a de tortura quanto a de terrorismo, acho difícil que os tribunais entendam uma prática benfazeja, elogiável, e outra não".

O doutor Gilmar comete três crimes, todos eles dolosos – pois inocente não é.

Primeiro, ele não pode se manifestar publicamente sobre o assunto, antecipando seu voto: será ele que, esgotadas todas as demais instâncias em nível nacional (pois ainda há as cortes internacionais de Justiça), arbitrará sobre o assunto. Naturalmente existem mecanismos legais que, a partir de agora o impeçam de fazê-lo.

Segundo, ninguém jamais propôs a revisão da lei. A existente é suficiente para se proceder o julgamento e condenação dos criminosos – aliás, sobre isto manifestou-se mais uma vez claramente o ministro Vannuchi, na segunda-feira passada, em São Paulo, durante o debate com o juiz espanhol Baltasar Garzón.

Além disto, o meritíssimo Mendes sabe muito bem que a expressão "crimes conexos", que consta da Lei de Anistia, refere-se a crimes políticos, e não a crimes comuns, imprescritíveis e de lesa humanidade – como é considerada a tortura por todos os tratados firmados internacionalmente pelo Brasil.

Por fim, fazendo-se de desentendido, sofisma o nobre togado, comparando tortura e "terrorismo", para chegar à conclusão de que ambos são igualmente abomináveis. Ou seja, por má fé e/ou ignorância, ele se mostra absolutamente inadequado a ocupar qualquer cargo no STF – só mesmo um presidente da envergadura do senhor Fernando Henrique para designá-lo para a Suprema Corte!

Mesmo durante a ditadura, a prática de torturas não era legal – o que não significa que não fosse legítima do ponto de vista do regime. O julgamento – pela Justiça Militar – apesar de todo o seu sentido farsesco, não se baseava formalmente nos depoimentos obtidos sob torturas, mas nas declarações dos réus em juízo, com apresentação de provas e testemunhas (ainda que essas tenham sido conseguidas sob torturas).

As Forças Armadas não poderiam aceitar a pecha que a incrimina e enxovalha coletivamente, quando se sabe (até pelos exemplos com que abrimos este artigo) que esses crimes não podem ser atribuídos à Instituição, mas a alguns dos seus membros – e que são estes que devem ser levados à barras dos tribunais.

Além disto, nenhum opositor jamais foi condenado por prática de "terrorismo". As condenações se davam por "guerra subversiva, psicológica e adversa", "crimes de sangue", "propaganda contra o regime", "propaganda armada", "ações armadas", "seqüestros", etc. Ou seja, falar em "terrorismo" para qualificar qualquer ato dos opositores da ditadura é um erro e no caso, um erro intencional visando confundir o cerne da discussão.

De que legalidade falam esses doutos senhores do Direito

Que os saudosistas do regime pós-64 usem todo o seu entendimento e interpretação do Direito, da Constitucionalidade e Legalidade de um regime e sobretudo do que significa uma República ou Democracia, não é de estranhar. Também não é de estranhar que os seus antigos bate-paus, como o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra (figura que faria as delícias de um Lombroso), atribuam às Forças Armadas – como o fizeram os oficiais nazistas em Nüremberg – a responsabilidade pelos seus crimes imprescritíveis de lesa humanidade. O senhor Ustra é hoje acusado formalmente de torturador pela família Teles (cujos membros, inclusive duas crianças, foram suas vítimas), e de responsabilidade pelo assassinato do jornalista Luiz Eduardo da Rocha Merlino (1971), pela família deste último, além de estar sendo indiciado pelos Procuradores do Ministério Público Federal, doutores Marlon Weichert e doutora Eugênia Fávero.

Ora, as Forças Armadas não poderiam aceitar enquanto conjunto de uma pecha que a incrimina e enxovalha coletivamente, quando se sabe (até pelos exemplos com que abrimos este artigo) que esses crimes não podem ser atribuídos à Instituição, mas a alguns dos seus membros – e que são estes que devem ser levados à barras dos tribunais para serem julgados e punidos de acordo com a lei hoje vigente.

Não apenas os militares que jamais se imiscuíram nesses tipos de crimes deveriam zelar pela imagem das nossas Forças Armadas enquanto conjunto, como homens do Direito, como o meritíssimo Gilmar Mendes e o ministro da Defesa, doutor Nelson Jobim (que também já foi em outro Governo ministro da Justiça), deveriam ajudar a estes últimos, e não se deixar intimidar pelos elementos como o coronel Ustra e outros que certamente serão processados.

Bastaria que se dedicassem a explicar à nação, que a legalidade que alegam os militares para tentarem atribuir à Forças Armadas os seus crimes, está expressa logo na abertura do Ato Institucional Nº 1,de 9 de abril de 1964, firmado pelos senhores Arthur da Costa e Silva (general do Exército); Francisco de Assis Correia de Mello (Tenente.-brigadeiro da Aeronáutica), e Augusto Hamann Rademaker Grunewald (Vice-Almirante da Marinha):

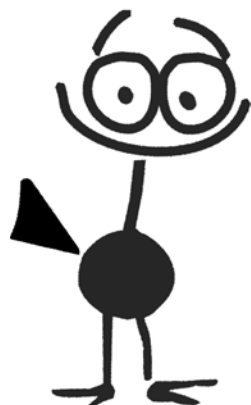
"É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.

"(...)

"A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória".

E é este espírito de lei que pretendem, ainda hoje, sobrepor à nossa Constituição de 1988. ★

***Alipio Freire** é jornalista e escritor. Pertence aos Conselhos Editoriais do jornal Brasil de Fato; das revistas Teoria e Debate, Sem Terra e Fórum. Permanece filiado ao Partido dos Trabalhadores, do qual é um dos fundadores.

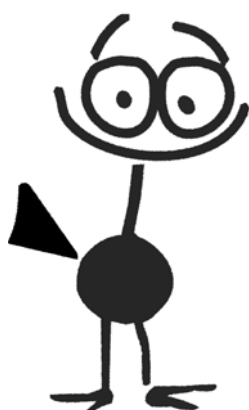
CUT: 12ª Plenária

De 5 a 8 de agosto foi realizada a 12ª Plenária Nacional da CUT, concluída com uma grande assembléia em São Bernardo do Campo, comemorando 25 anos de lutas e conquistas da Central. O clima geral da Plenária foi muito mais de comemoração do que análise do momento histórico para construirmos uma estratégia de luta para o próximo período.

O texto guia, documento construído pela direção majoritária (Artsind e CSD/DS) foi a expressão disso: conteúdo frágil, aquém dos 25 anos de acúmulo e elaboração produzidos e que não relacionava as lutas imediatas com a necessária transformação social. Nesse sentido, o texto estava preso à velha concepção social democrata de compromisso com o crescimento econômico como fator exclusivo de distribuição de renda, ou seja, o bom funcionamento do capitalismo garantiria bons resultados para os trabalhadores. Sabemos que essa relação é muito mais complexa e contraditória. As emendas aprovadas, que tentavam aprofundar o conteúdo, não fugiam dessa perspectiva geral. Quase todas as emendas da AE, de conteúdo mais crítico, foram rejeitadas.

De positivo podemos destacar o seguinte: a partir dessa plenária será exigido cumprimento de 30% de cotas de gênero nas entidades filiadas e orgânicas da CUT; o compromisso internacionalista da CUT, em especial a solidariedade demonstrada com o povo boliviano; a criação das secretarias de juventude e combate ao racismo; a necessária defesa da CUT como instrumento da classe trabalhadora.

Com total domínio da Plenária a Artsind, com cerca de 80% das delegações, passou todos os intervalos de tempo em discussões internas. A AE, OT e TM, que representavam a esquerda cutista estavam muito diminutas. A CSD/DS, pelo compromisso já efetuado na confecção do texto guia, votou quase tudo com a Artsind.

★

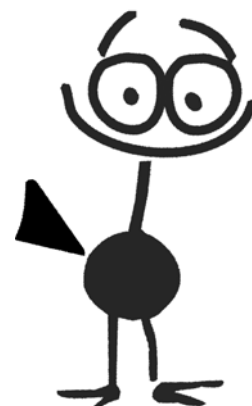
UNE: voltando para casa

No primeiro dia de abril de 1964, em um dos primeiros atos da ditadura civil-militar, a União Nacional dos Estudantes teria sua sede metralhada, invadida e incendiada. Em 1980, o que sobrara daquele antigo prédio da Praia do Flamengo ainda seria demolido. No último dia 12 de agosto, 44 anos após os primeiros ataques, em visita ao mesmo terreno, ocupado pela UNE desde 2007, o presidente Lula anunciou o reconhecimento de que o Estado brasileiro é responsável pela destruição da sede da UNE, permitindo sua reconstrução através de indenização proposta em lei.

O projeto de lei do executivo enviado ao Congresso Nacional prevê a criação de um grupo de trabalho interministerial para estudar e apresentar uma proposta de valor da indenização, cujo teto seria de R$ 36 milhões (correspondente a cinco vezes o valor do terreno – R$ 6 milhões).

Lula é o segundo presidente da república, depois de João Goulart em 1962, a visitar a sede da UNE ao longo dos seus 71 anos. Esta conquista deve ser acompanhada de uma mudança de caráter da campanha da UNE pela reconstrução da sua sede. A necessária pressão sobre os parlamentares para a aprovação do projeto de lei não pode ser motivo para reduzirmos esta luta apenas aos canais de diálogo institucionais.

A campanha de reconstrução da sede deve ir além dos jantares caros, das reuniões com autoridades ou das famigeradas parcerias publicitárias com a Rede Globo. Esta campanha deve ser assumida como sua pelos estudantes, ganhando um caráter politizado, de massas e estimulando um processo de arrecadação militante e de envolvimento do conjunto das entidades estudantis.

Num momento em que a sociedade brasileira retoma, ainda que de maneira tímida, o necessário debate sobre a revisão de instrumentos como a lei de anistia e a conseqüente punição dos torturadores do regime militar, também percebemos na reconstrução da sede da UNE a oportunidade rara de fazermos um debate ainda maior. O momento exige a luta incondicional por um direito que tem sido historicamente negado ao povo brasileiro: o direito à memória e à verdade. Uma luta que ainda passa pela inadiável abertura dos arquivos da ditadura e que, pela reação dos militares e dos demais setores conservadores da nossa sociedade, continua aberta no país.

Lei Maria da Penha: dois anos

No ano de 2006 o Presidente Lula sancionou da Lei 11340/06, a Lei Maria da Penha. A Lei tipifica a violência contra a mulher como crime e conceitua os tipos de violência: física, sexual, patrimonial e psicológica (esta, como um dos grandes avanços já que nenhuma legislação à tipificava). Institucionaliza e estabelece as diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres, como marco conceitual e política estruturante de Estado, criando mecanismos para o enfrentamento a uma das mais cruéis formas da desigualdade existente entre homens e mulheres no País, exercida através das relações de poder estabelecida na sociedade. Esta Política a que nos referimos vem sendo implementada desde 2003 pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Dois anos depois, a maioria da população brasileira conhece a Lei Maria da Penha (68%) e sabe da sua eficácia (83%).

No âmbito do Governo Federal a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres lançou em agosto de 2007 o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher que envolve mais de dez Ministérios e beneficiou inicialmente 13 estados prioritários: MG, MS, DF, RJ, PE, MA, RS, CE, BA, ES, PA, AM e SP.

Colaboraram: Expedito Solaney, da executiva nacional da CUT; Brunos Elias é dirigente da UNE; Ane Cruz é gerente de projetos da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Raposa Serra do Sol, luta antifascista

*Paulo Maldos**

A luta em defesa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol tornou-se paradigma da defesa da diversidade étnico-cultural do Brasil, trazendo em si a luta por um novo projeto de Nação, caracterizado pela democracia política, pela igualdade social e pelo respeito à alteridade.

Esta luta é depositária das grandes mobilizações sociais dos anos 70 e 80, do combate à ditadura militar, das buscas pela redemocratização do país, da participação indígena e popular na Constituinte e na própria elaboração da Constituição de 1988.

A luta contra a Terra Indígena Raposa Serra do Sol traz em si seu oposto, ou seja, a defesa do projeto autoritário da ditadura militar, caracterizado pela utilização do Estado como instrumento de opressão de classe, da intolerância com relação ao diferente, de propagação da ideologia fascista.

O fascismo atualmente vem reaparecendo, como uma atitude reativa das elites internacionais e nacionais às lutas indígenas, populares e antiimperialistas em diversas partes do mundo.

São seus seguidores os políticos neoconservadores, os "neocons" norte-americanos, defensores da "guerra total" no Oriente Médio, no Iraque e no Afeganistão; antes defensores do apoio irrestrito às ditaduras militares na América Latina, da guerra nuclear mundial e da "solução final" contra o povo vietnamita, através do bombardeio atômico do antigo Vietnã do Norte.

São seus seguidores os membros da direita européia, racista e xenófoba, dedicada tenazmente a explorar, por um lado, e a segregar, localizar, prender e expulsar os imigrantes dos países pobres, principalmente africanos.

Outros seguidores estão nos países latino-americanos, nos quais os povos indígenas e setores populares estão avançando em conquistas sociais e políticas significativas, tais como Bolívia, Equador, Venezuela e, recentemente, Paraguai. Nestes países, antigos grupos oligárquicos retomam o discurso violento e preconceituoso e buscam rearticular forças civis e militares para bloquear os avanços da luta indígena e popular.

Seguidores ainda se encontram no Brasil, reativos frente aos avanços democráticos, quer seja devido à questão da demarcação das terras indígenas, quer seja devido ao debate sobre a imprescritibilidade dos crimes de tortura cometidos por agentes da repressão durante o regime militar.

Paradigma do fascismo

O movimento histórico em curso nos faz pensar sobre os paradigmas do fascismo e suas características ideológicas. E o caso paradigmático do fascismo encontramos na Guerra Civil Espanhola (1936 -1939).

Em 1936 a Espanha vivia um rico e diverso processo de lutas, tanto no campo como nas cidades, onde a República encarnava os sonhos de milhões de trabalhadores, portadores de uma grande diversidade de culturas e de orientações políticas de cunho revolucionário. A reação fascista aglutinou os setores mais reacionários da sociedade espanhola. Seu extremismo obscurantista levou-os a criar a palavra de ordem "Viva a morte!", como bandeira contra os ideais republicanos.

Miguel de Unamuno, filósofo e reitor da Universidade de Salamanca, respondeu aos fascistas afirmando: "Há circunstâncias em que calar é mentir. Acabo de ouvir um grito mórbido e destituído de sentido: Viva a morte! Este paradoxo bárbaro é-me repugnante...Infelizmente, há hoje na Espanha doentes a mais. Um doente que não tem a grandeza de espírito de um Cervantes procura normalmente alívio nas mutilações que pode causar à sua volta."

Democracia versus fascismo

A luta antifascista é a defesa da democracia e da diversidade sócio-cultural contra a rigidez e o monolitismo ideológico, que sempre enxerga no diferente um inimigo perigoso.

Nos últimos meses, Raposa Serra do Sol tornou-se símbolo das diversas tradições indígenas e camponesas do Brasil no embate com os invasores plantadores de arroz e seus apoiadores militares, símbolos da homogeneidade imposta pelo poder econômico.

É a luta dos cultivos indígenas milenares e das sementes crioulas familiares frente às sementes transgênicas, transposta para o campo da política e da cultura. Em sentido oposto, a semente transgênica estéril "terminator" é a transposição do grito "viva a morte!" para o campo dos cultivos agrícolas.

A combatividade dos povos de Espanha se manifestou nas batalhas corpo a corpo, casa a casa, território a território, cidade a cidade, região a região, até o último combatente republicano. O antifascista Negrin afirmou então: "Uma guerra só se perde se a considerarmos perdida. É o vencido que proclama o vencedor."

As lideranças de Raposa Serra do Sol lançaram neste mês de agosto a Campanha "Anna Pata, Anna Yan" (Nossa Terra, Nossa Mãe) Resistir até o último índio.

Os povos indígenas não pretendem proclamar vencedores os que invadiram suas terras. Pelo contrário, estão enfrentando, no Supremo Tribunal Federal, apenas mais uma batalha desta guerra que já é secular.

Para o bem das nossas lutas por um Brasil democrático e plural, onde não caibam o fascismo nem a intolerância frente ao diferente. ★

***Paulo Maldos** é assessor do CIMI

As frases abaixo mostram qual a concepção que a direita tem acerca do Estado, da democracia e dos povos indígenas

"Compete a nós, segmentos esclarecidos e responsáveis da sociedade restabelecer as instituições rompidas e aprimorá-las, criando um núcleo monolítico de poder que seja garantidor da soberania nacional, que hoje nós não temos." Antônio José Ribas Paiva, em palestra no Clube Militar, em 13 de agosto de 2008.

"É necessário integrar os índios na nossa sociedade; nossa história é da mestiçagem, a política de demarcação da Funai vai contra os interesses da Nação e deve ser interrompida." General Gilberto Figueiredo, Presidente do Clube Militar, ao jornal Le Monde, em 8 de agosto de 2008.

Vida aos Kaiowá Guarani

*Pedro Kemp**

No Mato Grosso do Sul encontramos a segunda maior concentração da população indígena do Brasil, aproximadamente 60 mil índios, distribuídos entre 8 etnias. De todas essas etnias, o povo Kaiowá Guarani é o que mais tem sido vítima da sonegação dos direitos humanos fundamentais.

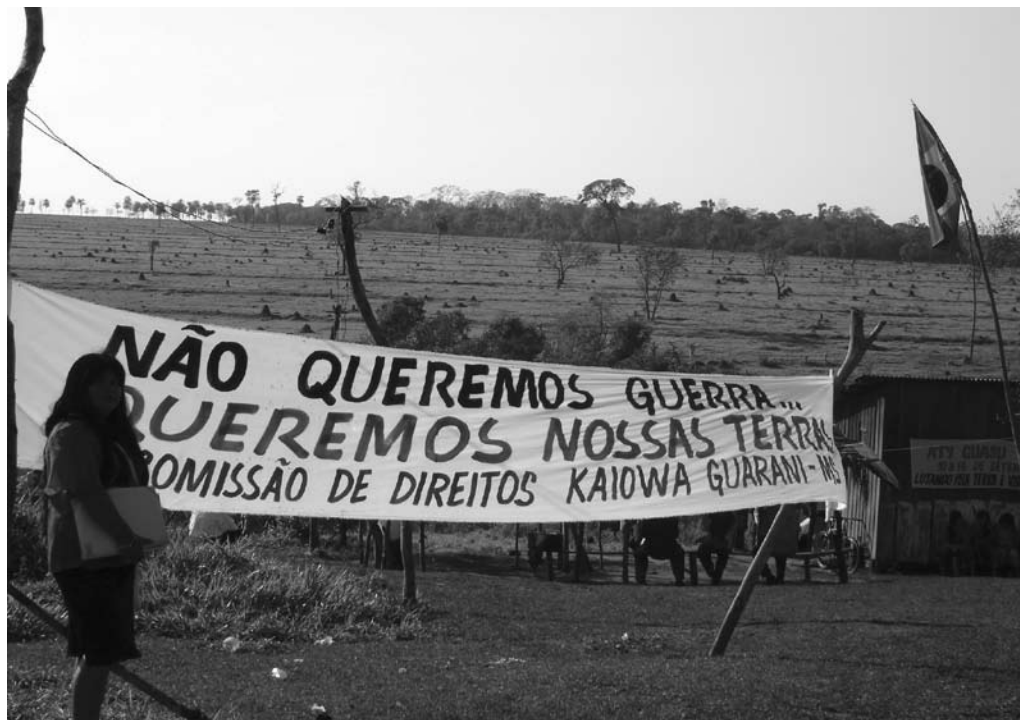
Nos últimos anos, a dramática situação dos Kaiowá Guarani vem sendo retratada na imprensa local e nacional com manchetes de desnutrição e mortalidade de crianças; violências, assassinatos de lideranças e número elevado de suicídios; alcoolismo e uso de drogas nas aldeias; exploração da mão-de-obra indígena de forma degradante nas usinas de álcool; mais de 100 índios nas prisões do Estado reclamando a violação de seus direitos pela falta ou deficiência na assistência jurídica.

Com certeza, no centro de todos estes problemas está a questão da terra. Não há como desvincular a ocorrência dessas situações dramáticas do impasse em que se encontram os processos de demarcação de seus territórios tradicionais, boa parte deles paralisados por ações judiciais, levando índios e fazendeiros ao enfrentamento direto onde, quase sempre, o saldo tem sido a morte ou a prisão de lideranças indígenas tidos como "invasores de terras".

Podemos afirmar que, a origem do problema fundiário envolvendo as comunidades Kaiowá Guarani e produtores rurais se deu no início do século passado quando, entre 1915 e 1928, os índios que antes viviam dispersos no Sul do Estado desde tempos imemoráveis, foram reunidos em 8 reservas indígenas pelo antigo SPI – Serviço de Proteção ao Índio, com o objetivo de integrá-los à sociedade, ao tempo em que liberavam as terras para a colonização e delimitação de áreas para as fazendas que se abriam.

Assim, as terras tradicionalmente ocupadas pelos Kaiowá Guarani foram expropriadas e alienadas pelo Estado e hoje são reivindicadas tanto pelos índios como pelos produtores rurais detentores dos títulos dessas áreas.

Hoje, cerca de 40 mil índios Kaiowá Guarani estão vivendo em aproximadamente 20 mil hectares de terra em reservas na região. Algumas áreas à sua disposição não chegam a um hectare por família e estão profundamente degradadas. Neste confinamento, sua população cresce sem qualquer perspectiva de futuro.

A tal política integracionista do Governo à época custou caro aos índios. Ao invés da integração o confinamento, ao invés da relação respeitosa com a sociedade envolvente, um choque cultural devastador para eles, não obstante boa parte resistir e manter viva sua cultura e tradição até os dias atuais na esperança de poder voltar a viver com dignidade.

Guaranis: a terra está no centro do conflito

Após um longo período de conflitos, de retomada de terras e despejos, mobilizações das comunidades e processos interrompidos por ações judiciais, uma força tarefa articulada pelo Ministério Público Federal e FUNAI estabeleceu um Temo de Ajustamento de Conduta com o objetivo de garantir definitivamente o cumprimento da Constituição Federal com o processo de identificação e demarcação de 36 áreas dos Kaiowá Guarani em 26 municípios do Estado. Os Grupos de Trabalho (GT`s) já iniciaram suas atividades neste mês de agosto.

A reação foi imediata e vigorosa. Representantes dos produtores rurais, por meio de suas entidades, membros do governo do Estado, Prefeitos dos municípios envolvidos, deputados estaduais, federais e senadores mobilizaram-se num movimento com o objetivo de impedir as demarcações, buscando todos os meios para tal. Procuram influenciar a opinião pública, com o apoio dos meios de comunicação, através da divulgação de informações deturpadas e preconceitos que indispõem a população contra os povos indígenas. Afirmam que o Governo Federal pretende criar uma extensa área contínua com 13 milhões de hectares de terras, as mais férteis do Estado, para formar a "Nação Guarani", inviabilizando o Mato Grosso do Sul e sua economia. Segundo este movimento, o processo desencadeado pela FUNAI está afugentando os investidores e deixando inseguros os proprietários rurais que temem perder suas terras.

Liderados pelo próprio governador do Estado, André Puccinelli, foram ao Supremo Tribunal Federal com o intuito de barrar o processo demarcatório, enquanto outras ações judiciais são impetradas no Estado e seguranças armados são contratados para proteger as fazendas de possíveis "invasões". Da parte dos índios, ao lado da esperança de que os trabalhos sejam realizados a contento, muita apreensão e insegurança com o que pode acontecer.

Penso que a solução para este problema não pode mais ser adiada. Paralisar o processo demarcatório agora, como querem os fazendeiros, será apenas adiar os conflitos e agravar a situação. É imprescindível que o Estado reconheça os equívocos históricos que, no Mato Grosso do Sul, resultaram na alienação das terras indígenas e abra um amplo debate em torno das possíveis alternativas, inclusive do ponto de vista jurídico, que possam pôr fim ao estado de miséria e violência a que estão submetidos esses índios. E, junto com a devolução de terras, é igualmente fundamental a implementação de programas e ações que garantam a sustentabilidade das comunidades e fortaleçam sua autonomia interna. ★

*__Pedro Kemp__ é deputado estadual do PT no Mato Grosso do Sul

Divagações sobre nossa cultura

*Mouzar Benedito**

Quando Gilberto Gil foi indicado para o Ministério da Cultura, lembro-me de uma meta que ele disse ter e que achei muito interessante: no final da sua gestão, cada família brasileira deveria ter pelo menos um dicionário em casa. Considerei uma defesa importante dos livros e do hábito de ler.

Mas com mais de um mandato, cinco anos e meio de governo, a coisa não caminhou bem por aí. Há várias coisas com avaliação positiva na gestão dele, a começar pelos pontos de cultura, mas a literatura ficou meio abandonada nesse período.

Há uns dois anos, participei em Brasília de um encontro no Palácio do Governo em defesa da criação de pelo menos uma biblioteca pública em cada município brasileiro. O encontro teve a presença de alguns ministros, mas não o da Cultura. E de qualquer forma, ainda há muitos municípios sem biblioteca. E muitíssimas famílias continuam sem sequer um dicionário em casa. Livro zero.

Aliás, se o ministro tivesse cumprido esta meta, ela teria que recomeçar tudo agora, com a pretensa uniformização mundial da escrita em língua portuguesa, a famigerada reforma ortográfica, que transformará em papel velho todos os dicionários atuais, só para tirar o trema e alguns acentos. Um ótimo negócio para os editores de dicionários (quantos milhões/bilhões venderão?) e de livros para bibliotecas escolares, porque, segundo os pedagogos, os livros com grafia "antiga" confundem os estudantes. Então, todas as bibliotecas escolares transformarão em lixo, também, os seus livros. Todos terão que ser substituídos. Mais milhões/bilhões para a mesma turma.

Acho incrível que não se fale nisso. Parece ter uma cumplicidade entre editores de dicionários e livros escolares, políticos em geral e imprensa. Todo mundo se cala quando a gente toca neste assunto. Nem carta nos jornais publicam sobre isso. Já tentei.

O Brasil sem Machado, Drummond e Guimarães Rosa

Mas não é só isso que ando pensando nestes tempos. O centenário da morte de Machado de Assis, que inspirou muitos artigos e comparações, me fez lembrar de um artigo que escrevi há alguns anos, nos tempos que FHC perseguia funcionários públicos (não acho que com Lula a coisa tenha melhorado muito). Nesse artigo, lembrei que se uma política semelhante tivesse sido praticada desde o século passado nossa literatura seria de uma pobreza danada, pois o mecenato no Brasil sempre foi do Estado, nunca privado. Machado de Assis, tido como maior escritor brasileiro, só podia se dedicar à literatura porque era funcionário público, com um cargo que lhe garantia a sobrevivência e uma tranqüilidade razoável.

Releitura da obra de Portinari feita por estudantes secundaristas

Quem disputa com ele em importância na literatura brasileira? Guimarães Rosa? Pois ele também tinha cargo público, era embaixador. Ou Carlos Drummond de Andrade? Outro funcionário público. Para mim, só o valor do poema José para a literatura brasileira compensa tudo o que Drummond ganhou, sem contar o polêmico Tinha uma pedra no meio do caminho... Continuando, tem João Cabral de Mello Netto, também embaixador. E por aí vai. Já pensaram o Brasil sem livros desse pessoal?

Não defendo que se deva dar moleza aos funcionários públicos, julgando que são todos literatos que mereceriam sossego, uma sinecura, para ter a sobrevivência garantida e tempo pra pensar e escrever. Sou um dos que cobram eficiência no serviço público, mas há que se pensar nisso.

Dinheiro de quem e para quem?

Por fim, lendo declarações de Juca Ferreira, substituto de Gilberto Gil no Ministério, sobre a necessidade de mudanças na Lei Rouannet, concordei plenamente. Hoje, ela é uma lei que atende a interesses quase só de quem não precisa. Raramente se vê um bagrinho da cultura conseguindo qualquer coisa com ela. Os figurões sim, podem ficar contentes. Um zé-mané qualquer pode conseguir aprovar um projeto pela Lei Rouannet, mas e a captação de recursos? Que executivo de grande empresa recebe o sujeito? O sem-fama nem é recebido pelos que determinam para quem vai a grana. Já se for o famoso fulano de tal, o manjado ator global, o cantor de sucesso, o filho do figurão, aí a empresa pega o dinheiro nosso (é renúncia fiscal, não é da empresa) e dá pro sujeito. Dinheiro da empresa, zero. Mas o patrocínio é dela, oficialmente, nos cartazes.

Outro destino desse dinheiro tem sido sustentar institutos culturais ou algo semelhante, com nomes de bancos ou empresas. Às vezes são muito bons. Mas o dinheiro não é deles. E às vezes, também, financiam projetos de chegados dos donos ou diretores, sejam parentes ou amigos. Gastam uma grana enorme com projetos que nem sempre merecem, mas ele foi aprovado pela tal lei e a empresa tacou dinheiro público nele. Muito dinheiro. Coisa que daria para executar vários projetos melhores. Dez livros bons em vez de um feito pelo com muito luxo e pouco conteúdo, por exemplo.

Então, vamos ver se isso muda. Cético, acredito que tudo tende a ser igual aos dicionários do Gil. Mas lembrando um velho ditado, milagres acontecem. Quem sabe acontecerá? ★

***Mouzar Benedito** é jornalista, autor de diversos livros e especialista em assuntos variados